



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As demonstrações contábeis completas, que inclui as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, encontram-se à disposição na sede da Companhia e disponíveis no website www.energiodosventos.com.br. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos relativos às contas prestadas.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	(Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		8.180	9.864
Caixa e equivalentes de caixa	4	542	661
Investimento de curto prazo	5	5.763	7.611
Contas a receber de clientes	7	1.716	1.589
Despesas pagas antecipadamente		156	-
Outros ativos		3	3
Não circulante		130.483	128.879
Títulos e valores mobiliários	6	13.042	8.619
Imobilizado	8	117.356	120.170
Intangível		85	90
Total do ativo		138.663	138.743
Passivo circulante		7.792	7.120
Fornecedores	9	585	399
Partes relacionadas	13.1	1.224	-
Empréstimos e financiamentos	10	4.677	4.447
Arrendamentos		28	24
Salários, férias e encargos sociais		249	305
Impostos e contribuições sociais a recolher		377	167
Dividendos a pagar		644	-
Provisão para constituição de ativos		-	26
Mútuo a pagar - partes relacionadas	13.1	-	1.746
Outros passivos		8	6
Não circulante		70.324	71.276
Empréstimos e financiamentos	10	60.656	63.701
Arrendamentos		2.645	1.470
Provisão para desmobilização	12	7.023	6.105
Patrimônio líquido	14	60.547	60.347
Capital social		58.477	63.296
Reserva de lucros		2.070	-
Prejuízos acumulados		-	(2.949)
Passivo e patrimônio líquido		138.663	138.743

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	(Em milhares de reais)			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2019	60.098	-	-	(1.204)
Aumento de capital	3.198	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.745)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	63.296	-	-	(2.949)
Redução de capital	(4.819)	-	-	2.949
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.714
Reserva legal	-	136	-	(136)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(644)
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.934	(1.934)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	58.477	136	1.934	60.547

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Informações gerais: A Energia dos Ventos I S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 431 de 17 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Goiabeira, constituída de doze unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 19.200 kW de capacidade instalada e 9.900 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter onze Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 23.100kW de capacidade instalada e 11.800 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através do Resolução Autorizativa nº 19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Vinculada à autorização da Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os referidos contratos vigorarão pelo prazo de 20 anos (até dezembro de 2035). **Autorização da ANEEL para início das operações comerciais:** O Despacho nº 3.139 de 21 de dezembro de 2018, definiu o início de operação comercial a partir do dia 22 de dezembro de 2018. A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão. **Impactos da COVID 19:** Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua. Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dias de assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia. A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: reavaliamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em *home office* (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso de máscara e distanciamento durante toda a interação presencial; testeagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19. Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir: Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 04 de março de 2022. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estarão evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveram estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). • Nota 11 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos físicos, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda. • Nota 12 - Provisões para desmobilização de ativos: reconhecimento de provisões para desmobilização de contrato de arrendamento.

3. Sumário das principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciamento com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Ativos financeiros a VJR - Esses ativos

Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	(Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		15	12.585
Custos operacionais			
Ajuste Negativo - CCEE		(1)	(2)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		(63)	(137)
Custos dos serviços prestados		(2.735)	(2.599)
Depreciação e amortização		(5.050)	(5.142)
16		(7.849)	(7.880)
Lucro bruto		7.636	4.705
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(534)	(443)
Pessoal		(499)	(606)
Depreciação e Amortização		(34)	(30)
16		(1.067)	(1.079)
Lucro antes do resultado financeiro		8.703	3.626
Despesas financeiras	17	(5.947)	(5.283)
Receitas financeiras	17	742	444
		(5.205)	(4.839)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		3.551	(1.213)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(837)	(532)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.714	(1.745)

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	(Em milhares de reais)		
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.714	(1.745)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	2.714	(1.745)	

são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento líquido é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros **financeiros:** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.3 Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. **3.4 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para desmobilização são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras alteradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc. **3.5 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socializantes e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.6 Tributação: Tributos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia. **3.8 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e em preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 179,90 MW/h, (R\$ 171,66 MW/h em 2020) reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016. (ii) Suprimento de energia - ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 530,74 MW/h, (não houve comercialização no ambiente livre no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). (iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo P.L.D. **3.9 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque os custos da obtenção de recursos financeiros. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente. **3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2021 a norma abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: • Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários dos Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021 (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16). **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao IAS 1); • Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao IAS 37); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16); • Definição de estimativas contábeis (alterações ao IAS 8); • Divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e • Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (alterações ao IAS 12). A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	(Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		3.551	(1.213)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização		5.089	5.172
Encargos de dívidas empréstimos	10.b	4.036	4.696
Atualização monetária de dívidas empréstimos		1.531	-
Encargos de dívidas arrendamentos e mútuos		290	444
Receita de aplicações financeiras		(742)	(436)
Descontos financeiros obtidos		-	(1)
Baixa do ativo imobilizado	8	(3)	-
		13.752	8.662
Redução (aumento) no ativo			
Contas a receber de clientes		(127)	(49)
Partes relacionadas		-	401
Impostos a recuperar		(102)	83
Adiantamento a fornecedores		-	27
Despesas pagas antecipadamente		7	-
Outros ativos circulantes e não circulantes		-	23
		(222)	485
Aumento no passivo			
Fornecedores		186	106
Partes relacionadas		-	5
Salários, férias e encargos sociais		(56)	17
Impostos e contribuições sociais a recolher		53	(71)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(166)	277
		17	434
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(578)	(437)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.969	9.144
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		-	411
Aplicações em títulos e valores mobiliários		-	(4.517)
Resgates em investimento de curto prazo		7.890	13.440
Aplicações em investimento de curto prazo		(9.723)	(7.681)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

(b) As movimentações de empréstimos e financiamentos são compostas da seguinte forma:

BNDES	Ingresso		Encargos		Amortização		Amortização		31/12/2021
	31/12/2019	de 31/12/2020	de 31/12/2019	de 31/12/2020	de 31/12/2019	de 31/12/2020	de 31/12/2019	de 31/12/2020	
64.096	3.247	4.696	(1.857)	(2.034)	68.148	1.531	4.036	(4.360)	65.333

(c) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2023	2024	2025	2026	Após 2027	Dívida Total
4.801	5.055	5.329	5.622	39.849	60.656

11. Provisão para contingências: A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significativas para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. **(A) Perda provável:** A Companhia não figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios. **(B) Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2021 merecem destaque as seguintes demandas: **(i) Demandas Tributárias/Cíveis/Trabalhistas/Ambientais/Arbitrais:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. **(ii) Demandas Regulatórias:** Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995-79.2016.4.01.3400, proposta pela Companhia, Alupar Investimento S.A., bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da Companhia: e ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nestas empresas, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 56.12 **Provisão para desmobilização de ativos:** As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 7.023 (R\$ 6.105 em 31 de dezembro de 2020). A provisão para desmobilização está registrada em contrapartida ao imobilizado (Nota explicativa 8).

Provisão para desmobilização de ativos	2020	Atualização monetária	2021
	6.105		918 7.023

13.2 Garantias:	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia
Alupar/ Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa.
Alupar/ Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10: os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPEs, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuos celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.

13.3 Remuneração da alta administração: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve pagamento de remuneração da alta administração.

14. Patrimônio líquido: Capital social: Em 22 de setembro de 2021 a Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, de R\$ 63.296 para R\$ 58.477, por meio de absorção do prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 2.949 e por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 1.870. O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 58.477 (R\$ 63.296 em 31 de dezembro de 2020) dividido em 69.221.967 ações ordinárias (69.078.030 ações em 31 de dezembro de 2020), conforme segue:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Windepar Holding S.A.	69.221.966	99,99	69.221.966	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01	1	0,01
Total das ações	69.221.967	100,00	69.221.967	100,00

Reservas de Lucros: a. **Reserva legal:** 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. b. **Lucros retidos:** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. c. **Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

Lucro líquido do exercício	31/12/2021	
	Reserva legal	Subtotal
Reserva legal	2.714	(136)
Subtotal	2.578	(644)
Dividendos mínimos obrigatórios	(644)	(1.934)
Reserva de lucros		
Saldo de lucros acumulados	—	—

Em 2020 a Companhia apresentou prejuízo no exercício, e não houve destinação de resultado.

15. Receita operacional líquida	31/12/2021		31/12/2020	
	Receita de geração de energia elétrica	Suprimento de energia - ambiente regulado	Suprimento de energia - ambiente livre	Ajuste positivo CCEE
Receita de geração de energia elétrica	13.711	13.118	4.525	—
Suprimento de energia - ambiente regulado	—	—	234	17
Suprimento de energia - ambiente livre	—	—	—	—
Ajuste positivo CCEE	18.470	13.135	—	—
Deduções	(129)	(85)	(593)	(394)
PIS - Programa de integração social	(593)	(394)	(76)	(71)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(798)	(550)	(798)	(550)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	17.672	12.585	—	—

16. Custos e despesas operacionais	31/12/2021		31/12/2020	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis	(63)	—	(137)	—
Encargos de uso da rede elétrica	(12)	(3)	(2)	—
Doações, contribuições e subvenções	(75)	(3)	(139)	—
Custos gerenciáveis	(1)	—	—	—
Ajuste Negativo - CCEE	(120)	(3)	(101)	(3)
Seguros	—	(7)	—	(5)
Alugueis	(535)	(499)	(452)	(606)
Pessoal	(30)	(2)	(20)	(2)
Material	(2.006)	(510)	(2.014)	(400)
Serviços de Terceiros	—	—	—	—
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	13.1	(24)	(9)	—
Outros	(8)	(9)	(12)	(33)
Depreciação e Amortização	(2.724)	(1.030)	(2.599)	(1.049)
	(5.050)	(34)	(5.142)	(30)
	(5.050)	(34)	(5.142)	(30)
	(7.849)	(1.067)	(7.880)	(1.079)

Ativo	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa	2	2	643	643	—	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	540	540	18	18	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimento de curto prazo	5.763	5.763	7.611	7.611	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	13.042	13.042	8.619	8.619	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	1.716	1.716	1.589	1.589	—	Custo amortizado

19. Instrumentos financeiros e gestão de risco: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Ativo	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa	2	2	643	643	—	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	540	540	18	18	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimento de curto prazo	5.763	5.763	7.611	7.611	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	13.042	13.042	8.619	8.619	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	1.716	1.716	1.589	1.589	—	Custo amortizado

BNDES nº 15.2.0778.1

BNDES nº 19.2.0598.1

20. Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 182 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 150 em 31 de dezembro de 2020) referente a benefícios. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

21. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os

13. Partes relacionadas: 13.1 Transações com partes relacionadas: Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas: (A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

Passivo circulante	31/12/2021	31/12/2020
Mútuo a pagar - Windepar Holding S.A.	—	1.746
Dividendos declarados - Windepar Holding S.A.	644	—
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.	16	10
Prestação de serviços - AF Energia S.A.	2	—
Redução de capital - Windepar Holding S.A.	1.224	—
	1.886	1.756

Passivo não circulante
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.
(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

Custos	31/12/2021	31/12/2020
Prestação de serviços - AF Energia S.A. (*)	16	(24)
Despesas		
Juros sobre mútuo a pagar - Windepar Holding S.A.	(19)	(266)
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.	(31)	(22)
	(50)	(288)

Em 28 de fevereiro e 13 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contratos de mútuo entre a acionista Windepar Holding S.A., nos valores de R\$ 1.925 e R\$ 3.117 respectivamente, ambos utilizados para investimento na linha de transmissão do parque eólico, com vencimento em junho de 2021. Os contratos são remunerados a 110% da CDI a.a. Em 14 de junho de 2021 a Companhia liquidou o contrato de mútuo celebrado entre a Acionista Windepar no valor de R\$ 1.760. Em 22 de setembro de 2021 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 1.870, vide Nota Explicativa 14 - Patrimônio Líquido. Em 16 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a quitação de parte da devolução aos acionistas no valor de R\$ 646. a. A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda. (*) A AF Energia S.A. possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação comoreligadores, disjuntores e chaves seccionadas, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

Início do Contrato	Encerramento do Contrato		Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2020
	31/12/2021	31/12/2020		
11/02/2016	15/10/2032	57.990	50.154	
10/12/2019	15/10/2032	14.700	15.237	

17. Resultado financeiro	31/12/2021		31/12/2020	
	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras
Receita de aplicações financeiras	742	436	—	8
Outros	—	8	—	—
Total	742	444	—	8
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(4.036)	(4.638)	(1.911)	(645)
Outros	(1.911)	(645)	(5.947)	(5.283)
Total	(5.947)	(5.283)	(5.205)	(4.839)

18. Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda	31/12/2021		31/12/2020	
	Contribuição social	Contribuição social	Contribuição social	Contribuição social
Faturamento e Liquidação CCEE	18.470	18.470	13.135	13.135
Presunção do lucro - 8% / 12%	1.478	2.216	1.051	1.576
Receita financeira	742	742	444	444
Base de cálculo IR e CS	2.220	2.958	1.495	2.020
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	—	10%	—
531	266	350	182	182
Outros ajustes	26	14	—	—
Total dos tributos correntes	557	280	350	182
LAIR	3.551	3.551	(1.213)	(1.213)
Alíquota efetiva	23,58%	—	-43,82%	—

19. Instrumentos financeiros e gestão de risco: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Ativo	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa	2	2	643	643	—	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	540	540	18	18	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimento de curto prazo	5.763	5.763	7.611	7.611	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	13.042	13.042	8.619	8.619	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	1.716	1.716	1.589	1.589	—	Custo amortizado

Indexador	Posição em 31/12/2021	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano			
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)
CDI	5.763	306	459	613	766
CDI	13.042	693	1.040	1.386	1.733

Indexador	Posição em 31/12/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)
TJLP	50.096	3.044	4.566	6.088	7.609
IPCA	15.237	2.648	3.462	4.204	4.982
		2.322	3.475	4.633	5.795
		615	794	973	1.153

bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância assegurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	208.899	163	10/12/2022
Risco de responsabilidade civil geral	5.000	2	10/12/2022
Total	213.899	165	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado no parque eólico.

Contadora: Patricia Nalini Savio Ferreira - CRC - 1SP237063/O-2

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Energia dos Ventos I S.A.** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria